

Regulamentação de empresas de delivery tem resistência em Mato Grosso

Tramita na Assembleia Legislativa um projeto de lei que visa regulamentar os serviços de delivery por meio de aplicativo em Mato Grosso. A proposta foi apresentada pelo deputado estadual Paulo Araújo (PP) no ano passado e já foi aprovada em primeira votação. O projeto cria uma série de obrigações para as empresas de delivery por aplicativo. O texto determina que as empresas

terão que fornecer aos motociclistas capacete e colete com identificação e faixas fluorescentes, além de promover cursos teóricos e práticos de pilotagem e de técnicas de segurança. Também será obrigatório fornecer estacionamento e local interno, com banheiro e água, para os entregadores. A Fecomércio se posicionou contra a matéria, alegando que é inconstitucional

PÁG. 6

Emanuel Pinheiro defende Fávaro ao governo

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), defendeu uma reedição da aliança feita pelo grupo político que apoiou a candidatura de sua esposa ao governo, nas próximas eleições, já mirando a disputa pelo governo do Esta-

do em 2026. Emanuel Pinheiro comentou que tem defendido, em conversas com lideranças de outros partidos, a construção do nome do ministro de Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro

PÁG. 5



Gilberto Leite

Grupo teria interesse em assumir o VLT de Cuiabá, diz vereador

Um grupo empresarial está disposto a concluir a obra do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no trecho entre o Porto e a Avenida do CPA, em Cuiabá. A informação foi divulgada pelo vereador Wilson Kero Kero (Podemos), durante a sessão ordinária de quinta-feira, 16 de fevereiro, na Câmara Municipal. O parlamentar comentou que a empresa apresentou a ideia de assumir o projeto na modalidade de Parceria Público-Privado (PPP), custeando todo o projeto até a sua conclusão, para depois operar o serviço. Kero Kero defendeu a retomada das discussões sobre o modal e afirmou que pretende levar a informação ao prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e o vice-prefeito José Roberto Stopa (PV) para iniciarem as tratativas

PÁG. 3



Gilberto Leite

Júlio avisa que não votará projetos 'no afogadilho'

O novo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), Júlio Campos (União), avisou que não aceitará votar nenhum projeto de forma apresada, sem a devida análise técnica. Em conversa com jornalistas na quarta-feira, 15 de fe-

vereiro, ele afirmou que até mesmo os projetos de interesse do Executivo serão submetidos ao escrutínio necessário, "sem afogadilho". Durante o mandato anterior, houve críticas de alguns parlamentares à atuação da CCJR

PÁG. 3

Estadualização desagrada Marina

A proposta de estadualizar o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães não agradou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A informação é do deputado estadual Júlio Campos (União), ao ser questionado sobre o assunto durante conversa com jornalistas. A proposta tem sido traba-

lhada pelo governador Mauro Mendes há mais de dois anos, sem sucesso. Favorável à ideia, Júlio espera que a bancada federal de Mato Grosso engrosse o manifesto e cobre do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a transferência de administração

PÁG. 4



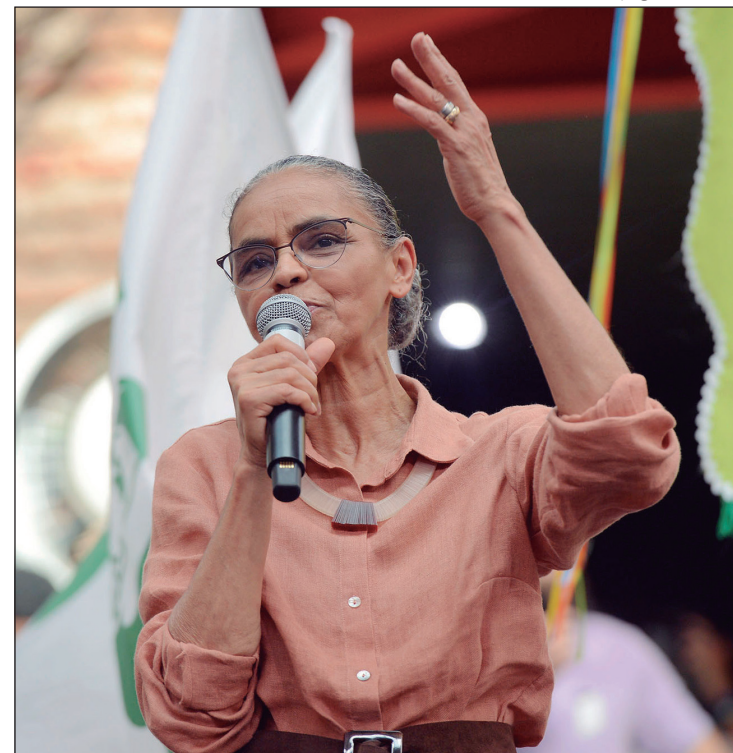
Gilberto Leite

MT vive apagão de mão de obra e precisa 'importar' trabalhadores

Em meio a um 'apagão' mão de obra, as empresas de Mato Grosso tentam traçar estratégias para atrair trabalhadores de outros estados que consigam atender suas demandas. Na última semana, a Federação das Indústrias de MT (Fiemt) convocou todos os representantes de setores econômicos, prefeituras e governo do Estado para debater uma solução para essa crise. Atualmente, Mato

Grosso vive uma situação considerada como 'pleno emprego', pois apenas 3,8% da população está desocupada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do IBGE apontam que há 71 mil pessoas desempregadas ou procurando emprego em Mato Grosso. Já os empregados somam 1,7 milhão de trabalhadores, sendo que 643 mil são informais

PÁG. 7



Tomaz Silva/Agência Brasil

EDITORIAL

A necessidade faz a hora

O número de empresas criadas em 2021 bateu recorde absoluto, atingindo a marca de 4,026 milhões de novos empreendimentos em apenas um ano - crescimento de 19,7% na comparação com o ano anterior. A análise fria dos números faz parecer que a economia brasileira está "voando", como propala nosso ministro da Economia, Paulo Guedes. No entanto, basta uma análise mais detida à realidade por trás dos números que fica perceptível que a situação não é bem assim.

Conforme dados do próprio Ministério da Economia,

o ano de 2021 se encerrou com um total de 12 milhões de desempregados, o equivalente a 11,1% da força de trabalho nacional. Quem não quis se tornar estatística, precisou usar de todas as forças para garantir a renda suficiente para pagar as contas e cuidar de suas famílias. Eis, então, a razão principal para o enorme salto no número de empresas criadas em 2021: a necessidade.

Isso fica perceptível em cada conversa com os atores do mercado, em especial no setor de alimentação. Hoje, restaurantes, hotéis e lanchonetes

enfrentam dificuldade para encontrar trabalhadores qualificados porque precisaram demiti-los no auge da pandemia. Sem emprego, esses trabalhadores migraram para outros setores ou... criaram suas próprias empresas. Eles são impulsionados por uma economia cada vez mais dinâmica, visto que hoje não é necessária uma grande estrutura para atendimento ao público. Um espaço na cozinha de casa basta para elaborar quitutes e despachá-los via aplicativos de delivery. Basta ver que de cada 10 empresas abertas, 8 são de microempreendedores individuais - os MEIs.

Essa tendência já havia sido observada em 2020,

primeiro ano da pandemia de covid-19, quando o contingente de desempregados aumentou de forma assustadora. A pesquisa GEM (Monitor de Empreendedorismo Global, na sigla em inglês) identificou que o número de empreendedores nascentes (com menos de 3 meses de negócio) motivados pela necessidade saltou de 20,3% em 2019 para 53,4% em 2020.

É normal que as crises impulsionem o surgimento de novos negócios e certamente há um efeito favorável à economia, com mais pessoas conseguindo meios para garantir o sustento de suas famílias, o que faz toda a engrenagem girar. Porém, ainda é preciso ver até onde esses

Os pilares do Ser Família

Virginia Mendes (*)

O programa SER Família pode ser considerado o maior investimento do Governo de Mato Grosso no social, numa gestão com foco na eficiência e qualidade dos serviços ao cidadão. Enquanto primeira-dama do estado posso dizer que é um privilégio poder ajudar as pessoas que mais precisam por meio do trabalho voluntário que desempenho. Para que todos entendam melhor o significado do SER, ele é uma sigla com três pilares importantes na área social, são eles: Superação, Esperança e Respeito, resumindo é o que pensamos sobre um projeto que vai fazer a diferença na vida das pessoas que mais precisam.

O SER Família nasceu do anseio que sempre tive, porque mesmo antes de ser primeira-dama do município de Cuiabá e primeira-dama de MT, eu estava sempre inquieta, e a todo momento eu me cobrava que algo deveria ser feito para mudar a vida das pessoas, não apenas doando coisas, recursos financeiros, mas algo que de fato pudesse auxiliar o cidadão com informação e capacitação para mostrar o vasto caminho de oportunidades que podemos oferecer.

Quando pensamos em programas sociais imaginamos a entrega de auxílios financeiros, que de certo modo ajudam as pessoas, porém, a transferência de renda com o propósito de garantir um reforço em um momento de dificuldade com a perspectiva de uma vida melhor é algo que não estamos acostumados a ouvir falar. A qualificação é uma das condições para as famílias participarem dos programas sociais estabelecidos no programa SER Família que conta com seis escopos: Cartão SER Família; Cartão SER Família Inclusivo; Cartão SER Família Criança; Cartão SER Família Idoso; Cartão SER Família Indígena e Cartão SER Família Mulher.

Todos os municípios do Estado serão contemplados e a finalidade é reduzir as desigualdades sociais mediante ações de promoção da cidadania, bem como a inclusão social de famílias em situação, com o objetivo de auxiliar o cidadão beneficiado, conforme a Lei nº 12.013, de 26 de janeiro de 2023.

Algumas pessoas podem estar se perguntando, "Por que foi preciso escalar o programa?". Eu respondo. Cada cartão vai atender uma necessidade específica, o Cartão SER Família é para auxiliar na compra

de alimentos; o SER Idoso vai ajudar na aquisição de medicamentos; o SER Criança será destinado exclusivamente para a compra de vestuário, gêneros de primeira necessidade e materiais escolares; o SER Inclusivo atende às pessoas com deficiência (PcD) na compra de medicamentos; o SER Indígena é uma transferência de renda para auxiliar na compra de alimentos; e o SER Mulher é destinado exclusivamente ao custeio de aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, este é o único benefício que será cumulativo, ou seja, a mulher beneficiária poderá receber o SER Família simultaneamente.

Quero destacar que o SER Mulher é uma transferência de renda inédita e Mato Grosso sai na frente com essa iniciativa. Quando pensei no SER Mulher, em como poderíamos ajudar e encorajar mulheres a sair do ambiente da violência doméstica, vi que a grande maioria não saía do ambiente violento pelo motivo de não ter para onde ir, e essa ajuda vai auxiliar essas mulheres e dar a elas a chance de recomeçar uma nova vida com mais segurança.

Após a aprovação da lei, o programa passa pelas etapas burocráticas, uma de-

las é a atualização dos cadastros, a exemplo do processo licitatório. Assim que essa etapa for concluída, uma força tarefa será feita para a distribuição dos cartões.

Lembrando que a atualização dos cadastros é responsabilidade dos municípios.

Estou muito feliz por ver o SER Família sair do papel, agradeço o Governo de MT por apoiar a nossa ideia e acreditar em nosso trabalho. Como voluntária, acredito que essa seja a melhor contribuição que posso dedicar, sugerindo e idealizando ações que vão de encontro às necessidades das pessoas que mais precisam de amparo. Aproveito para agradecer todas as pessoas envolvidas nos projetos, em especial o Governo de MT, os voluntários e minha equipe da UNAF, sem eles não conseguiríamos chegar tão longe, afinal de contas ninguém faz nada sozinho..

*VIRGINIA MENDES é primeira-dama de MT, economista, voluntária na Unidade de Ações Sociais e Atensão à Família e idealizadora do Programa SER Família.



Efeito Borboleta

Marcos Roberto Pinotti (*)

Atualmente, qualquer alteração no mercado, em qualquer lugar do mundo, pode provocar mudanças que vão afetar a loja de conveniência da sua esquina. Tal qual o Efeito Borboleta, parte da teoria do caos onde o bater de asas pode provocar uma tempestade em outro local, há dois anos tivemos o exemplo de um fenômeno que começou pequeno e tomou conta do mundo: a corrida desenfreada por um produto tão banal como o papel higiênico. Começando pela Europa, com a chegada da pandemia, a febre logo chegou ao Brasil e as empresas que disputavam esses dados, em tempo hábil, saíram na frente e ampliaram a sua produção.

Por isso, líderes de negócio precisam de inovadoras plataformas e ferramentas que realmente transformem os dados na base de uma nova economia, com processos de analytics que gerem insights acionáveis em tempo real que liberem fluxos de receitas e vantagens competitivas. Mas qual será a resposta para mais esse desafio?

Inteligência Ativa é o tempo real do negócio. O conceito de Inteligência Ativa é um novo modelo que gera não apenas insights em tempo real, mas também que é capaz de tomar decisões e disparar ações, referentes a todos os aspectos do negócio, a partir de uma plataforma de analytics. Ela oferece um estado de inteligência contínua baseada em informações atualizadas em tempo real, de modo a que o líder de negócio possa tomar ações imediatas, ao primeiro bater de asas.

Hoje, as organizações precisam ter a capacidade de lidar de forma mais dinâmica com os dados, refletindo o momento atual, conforme o mercado vai interagindo com mudanças sociopolíticas e econômicas.

O BI tradicional e passivo depende de conjuntos de dados históricos pré-configurados e processados e não foi projetado para dar suporte à tomada de decisões e ações em tempo real.

Já a Inteligência Ativa estabelece um pipeline de dados de análise inteligente que permite a reflexão de conteúdo e lógica dinâmicos, entregando insights acionáveis, com

tecnologia a processos alinhados ao negócio.

Esses processos podem ser alterados imediatamente para se ajustarem a novas realidades. O impacto de uma commodity cujo preço disparou, um caminhão que atrasou ou um comentário favorável feito nas redes sociais pela Anitta podem resultar em grandes prejuízos ou em produtos esgotados nas prateleiras. Vai ganhar quem agir mais rápido. Analistas da McKinsey indicam que organizações ágeis superam suas concorrentes quando o escopo do planejamento envolve inovação, crescimento e desempenho de métricas.

A inteligência contínua significa que os sistemas utilizam análises em tempo real, que são incorporadas diretamente às operações de negócios, o que, por sua vez, fornece acesso contínuo às informações mais atualizadas e precisas, exatamente quando e onde os líderes precisam ter dados confiáveis para agir com rapidez e assertividade.

Do modelo passivo para o ativo. O objetivo das inovadoras plataformas com Inteligência Ativa embarcada é conduzir a mudança de BI passivo para BI ativo, orientado à

ação e baseado em uma combinação de dados em tempo real e dados em repouso. A meta é gerar valor de ponta a ponta, rapidamente, aproveitando uma plataforma de Inteligência Ativa, combinando perfeitamente a integração de dados com maior automação e recursos de Inteligência Artificial, para transformar dados em análises ativas.

A plataforma de Inteligência Ativa alinha o que está acontecendo nos negócios em determinado momento com as informações e insights disponíveis, impulsionando a inovação, acelerando o valor e a vantagem competitiva.

O objetivo agora é que os líderes de negócio possam reinventar a estratégia, processos e produtos momentos a momento, prontos para um mundo digital, identificando e respondendo imediatamente a tendências, conexões e mudanças, sem medo do Efeito Borboleta..

*MARCOS ROBERTO PINOTTI é diretor de engajamento da Kron Digital



Como você trabalha sua voz?

Sonia Mazetto (*)

Aprendemos, desde muito cedo, que cuidar do visual é importante, principalmente quando começamos uma carreira profissional. A maneira de se vestir, as roupas "adequadas" para determinados momentos, o penteado, os acessórios, enfim, como aprendemos, o visual comunica, e muito, mas você já parou para pensar que junto ao pacote de comunicação pessoal vem a voz? Sim, a voz é, também, o seu cartão de apresentação.

É importante explicar que a comunicação é trabalhada, dentro da fonoaudiologia, em três elementos: voz, fala e linguagem. Todos são diferentes, mas compõem esse grande cenário de apresentação. A maioria das pessoas têm dificuldade em entender as diferenças, por isso é comum os pacientes chegarem ao

consultório sem saber ao certo o que deve ser trabalhado. E de fato, entender as nuances de cada elemento ajuda no resultado.

Quando a gente fala em voz, estamos falando do timbre, da sonoridade, e como as vozes alcançam seus "escutadores" de maneira diferente. Na fonoaudiologia, trabalhamos o timbre da voz, porque têm timbres que trazem mais poder e segurança, já têm outros que não têm o mesmo alcance. No inconsciente coletivo, a criança é frágil e precisa de cuidado, por isso o timbre agudo, característico da infância, não traz segurança e nem autoridade. Essa percepção nem sempre é maldade, mas sim um registro da nossa ancestralidade. Timbres diferentes, outras formas de sentir e compreender.

Uma vez me perguntaram em uma reportagem se o timbre de voz do líder fazia

diferença na sua atuação, respondi "sem dúvida nenhuma". Às vezes o profissional é promovido dentro da empresa para alguma posição de liderança e percebe que não tem um retorno da sua equipe, não de imediato, pelo menos no sentido de voz de comando. Mas e aí? O que fazer? É neste ponto que entra o fonoaudiólogo.

O fono vai realizar o diagnóstico para verificação e a possibilidade de trabalhar junto a este líder a consciência timbrística, indicando alguns exercícios para que a pessoa comece a oralizar em uma performance profissional com um timbre de voz mais grave, claro que dentro da estrutura anatômofisiológica e possibilidade dela. Portanto, a voz é um dos elementos que a fonoaudiologia trabalha e eu diria a você que esse é um dos recursos inconscientes importantíssimo no processo de conquista a chamada autoridade e credibilidade.

Já a fala envolve os mecanismos como a articulação, a língua e os músculos da face. A língua, por exemplo, pode estar posicionada no lugar errado ou ter um frentão encurtado que pode ser um dos motivos da dificuldade ao pronunciar as palavras. O procedimento para resolver esse "problema" é muito simples, basta um pequeno pique, normalmente feito por odontólogos, não sangra nem nada. Uma língua flácida também pode interferir no mecanismo da fala, então com a orientação do profissional fonoaudiólogo é possível organizar e tonificar essa língua através de manobras específicas. A posição de língua é muito interessante, porque às vezes a pessoa não tem consciência de que a única coisa que está acontecendo é que a língua não está posicionando-se adequadamente, necessitando, assim, trabalhar essa consciência e assim desenvolver a arte de falar com beleza e clareza.

De modo geral, quando falamos que uma pessoa tem uma boa oralidade, queremos dizer que ela usa um mecanismo adequado sob o ponto de vista articulatório e muscular. Uma fala com articulação mais fechada, que

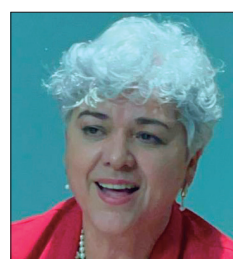
"fala para dentro", denota vergonha e timidez, aspecto que precisa ser melhorado para uma comunicação efetiva.

Falamos da voz e da fala, agora chegamos à linguagem. Gosto de dizer que quando falamos desse elemento, temos que entender que existem diversas linguagens possíveis, podendo ser verbal, não verbal, a linguagem de determinada profissão, enfim. Então a linguagem é desenvolvida pelas pessoas com vivências, leituras e experiências. Dentro das inúmeras possibilidades que aplicamos à linguagem, é importante adquirir palavras novas para ir ampliando o seu mapa neural em relação a coleção de palavras para um rico vocabulário.

É na linguagem que trabalhamos o processo da comunicação. Se levarmos em consideração a linguagem profissional ou aquela voltada para algum grupo, deve-se primeiro identificar quem é esse público que você pretende falar. Assim você pode levar alguns aspectos da linguagem que facilitem a ligação entre você e quem quer alcançar. Afinal, não tem lógica falar para um grupo de adolescentes e não utilizar uma linguagem que alcance esse público, por exemplo.

Então observe, se as pessoas estiverem atentas a esses três elementos, não tem como não ter uma comunicação eficaz. Tudo o que foi falado neste artigo é treinado e praticado com um profissional da área de fono, a verificação, o diagnóstico de onde é que está a questão, se é na voz, na fala ou na linguagem. Então! Quer ter uma boa comunicação pessoal com grandes resultados profissionais? Não esqueça que sua voz, sua fala e sua linguagem, são, tal como o visual, o seu cartão de "visitas".

SONIA MAZETTO é Gestora de Potencial Humano, Terapeuta Integrativa, Fonoaudióloga e Palestrante



Jornal
O IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

MAIS UM CAPÍTULO

Vereador diz ter sido procurado por grupo empresarial interessado em concluir obras do modal na capital, em troca da concessão

Empresa quer concluir obras do VLT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

Um grupo empresarial está disposto a concluir a obra do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no trecho entre o Porto e a Avenida do CPA, em Cuiabá. A informação foi divulgada pelo vereador Wilson Kero Kero (Podemos), durante a sessão ordinária de quinta-feira, 16 de fevereiro, na Câmara Municipal.

O parlamentar comentou que a empresa apresentou a ideia de assumir o projeto na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP), custeando todo o projeto até a sua conclusão, para depois operar o serviço.

“Um grupo empresarial que está disposto a aportar recurso necessário para fazer o VLT em Cuiabá, do Porto ao CPA, e poderia estender até o Pedra 90, o que seria ideal. Um grupo totalmente saudável a nível de PPP. Eles aportariam todo o recurso necessário, a título de exploração, e o município entraria com quase nada, já que Várzea Grande abdicou, já está terminando a retirada dos escombros. Em Cuiabá não tem o que retirar”, destacou.

Kero Kero defendeu a retomada das discussões sobre o modal e afirmou que pretende levar a informação ao prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e o vice-prefeito José Roberto Stopa (PV) para iniciarem as tratativas para uma possível retomada das obras do VLT.

O vereador apontou que a medida apresentada pela empresa é melhor do que a proposta do governo, de retirar o

que foi implantado do VLT para construir um BRT (Ônibus de Transporte Rápido).

“Um grupo ligado a uma multinacional muito forte quer trazer essa discussão em Cuiabá, quer marcar uma reunião ampliada com o prefeito, e vou encaminhar isso. Já falei previamente com ele [prefeito]. A proposta é que seja a título de PPP: faz a obra, gasta-se empresarialmente do bolso para depois explorar, para não fazer o BRT com mais R\$ 500 milhões ou R\$ 600 milhões, e depois o governo do Estado bancar esse dinheiro e passar para iniciativa privada. Negócio de pai para filho, também queria um negócio desse para mim”, frisou.

NOVELA - Em 2017, o governo decidiu rescindir o contrato com o consórcio VLT após a deflagração da Operação Descarrilho, que apontou a ocorrência de fraudes na licitação, associação criminosa e corrupção ativa e passi-



Segundo o vereador, empresa estaria disposta a fazer todos os investimentos necessários para concluir o VLT, em troca da concessão

va durante o processo de escolha do VLT.

O modal deveria ser implantado para a Copa do Mundo de 2014, com objetivo de mostrar Cuiabá como uma cidade moderna, porém nunca foi concretizado.

Após realizar uma série de estudos técnicos, o governo decidiu trocar o VLT pelo BRT. Na época, o governo anunciou que precisaria investir mais R\$ 763 milhões para concluir o VLT. Já a construção do BRT cus-

taria R\$ 300 milhões a menos.

Atualmente, a discussão do tema ocorre no âmbito político entre os adversários Mauro Mendes (União) e Emanuel Pinheiro, que divergem sobre o modal.

PROCESSO TRAVADO

Max sugere ação na Justiça para destravar BR-163



Russi teme que governo federal desista de transferir a concessão da BR-163, o que adiaria os investimentos indefinidamente

Da redação

O deputado estadual Max Russi (PSB) defendeu que o governo recorra ao Judiciário para destravar a transferência da concessão da BR-163 e iniciar os investimentos na duplicação da rodovia. O processo de transferência está travado porque o Banco Pine não aceitou o acordo de renegociação das dívidas da concessionária que administra a via, a Rota do Oeste. Todos os demais credores já aceitaram os termos propostos pelo governo estadual.

No começo de fevereiro, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deu mais 60 dias para o governo do Estado concluir o processo de aquisição do controle acionário da Rota do Oeste. O pra-

zo iria expirar no dia 15 deste mês e, caso não fosse prorrogado, poderia impedir o governo de concluir as negociações.

“A Assembleia Legislativa está envolvida nisso, talvez outros órgãos poderiam participar mais disso de forma mais ativa, procurar talvez o judiciário ou outras instâncias porque, realmente, não tem condição apenas um banco barrar o processo que vai trazer um ganho muito grande. Não é apenas um ganho econômico para o Estado de Mato Grosso, isso é um ganho social para o nosso Estado, é vida que serão salvas, investimentos que serão feitos, o governo quer fazer esses investimentos e tem condições para isso”, destacou.

O governo, por meio da MT Par, comprou as cotas de participação da

Odebrecht Transport e assumiu as dívidas contraídas pela Rota do Oeste para a duplicação de 120 km da BR-163, entre Itiquira e Rondonópolis. Entretanto, diante dos investimentos que ainda serão realizados para que a duplicação da estrada seja concluída, o Governo busca a renegociação dessas dívidas.

Max defende que uma solução rápida seja encontrada para o impasse, antes que o governo federal desista do processo de transferência da concessão. Isso porque uma desistência desse processo levará à suspensão dos investimentos na BR-163 pelos próximos anos, até que uma nova licitação seja feita.

“A Assembleia tem que fazer uma força muito grande contra isso, até porque o governo ameaçou abando-

nar esse pleito e, abandonando, nós teremos dificuldades. A empresa que está lá, que teve uma série de problemas, não deve concluir as obras, continuar a fazer os investimentos ou arrumar o trecho que tem registrado vários acidentes e causado mortes. Muito triste e ruim essa perspectiva de não solução desse problema”, comentou.

Conforme a proposta apresentada pelo governo estadual, nos próximos dois anos serão investidos R\$ 1,2 bilhão para a conclusão das obras no trecho matogrossense da BR-163, com recursos próprios. Desse valor, R\$ 300 milhões já estão no caixa da empresa estadual, enquanto o restante dos valores será repassado pelo Estado, segundo previsão orçamentária.

PRESIDENTE DA CCJ

Júlio Campos avisa que não votará PLs 'no afogadilho'

Da redação

O novo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), Júlio Campos (União), avisou que não aceitará votar nenhum projeto de forma apresada, sem a devida análise técnica. Em conversa com jornalistas na quarta-feira, 15 de fevereiro, ele afirmou que até mesmo os projetos de interesse do Executivo serão submetidos ao escrutínio necessário, “sem afogadilho”.

“As matérias serão analisadas profundamente, sem precipitação, sem pressa ou atropelamento, mesmo as matérias do Executivo. Faço parte do bloco governista, mas o meu compromisso maior é com o regimento interno e a Constituição Estadu-

al. Portanto, estaremos dando oportunidade para discutir democraticamente as matérias que serão submetidas a essa comissão”, avisou Júlio Campos.

Durante o mandato anterior, houve críticas de alguns parlamentares à atuação da CCJR, especialmente por ela ser presidida pelo líder do governo na Assembleia, deputado Dilmar Dal Bosco (União). Isso levou a questionamentos quanto a uma possível submissão da CCJR às vontades do Poder Executivo, com acusações de que estaria sendo usada para barrar projetos que não fossem de interesse do governo.

Ciente das críticas ao seu antecessor, Júlio Campos afirmou que vai tornar a comissão mais independente, sem ce-

der à pressão do governo para que os projetos sejam aprovados de forma atropelada. Para isso, ele diz que pretende agir de autoridade, independência e capacidade técnica.

Segundo ele, a escolha de seu nome para presidir a CCJR se deu justamente para evitar essa pressão do governo, por ser visto pelos colegas como um político com traquejo suficiente para enfrentar as pressões que surgirem, já que acumula em seu currículo passagens por praticamente todas as esferas do Poder.

“Com certeza [haverá maior independência]. Aliás, a minha escolha foi fruto disso. Pela minha experiência como parlamentar federal, presidente de comissões na Câmara e no Sena-

do, eu acho que nada será atropelado aqui. Por isso que a própria Assembleia Legislativa fez uma lei dizendo que o líder do governo não poderia presidir comissões, para evitar esse tipo de comportamento, rapidez, dúvidas, enfim...”, disse.

A CCJR é considerada a comissão mais importantes do Poder Legislativo, porque é ela quem analisa se uma proposta é admissível do ponto de vista constitucional, jurídico e regimental. Em regra, todos os projetos precisam ser submetidos à análise da CCJR, que dá a palavra final se um determinado projeto poderá seguir tramitando na Casa de Leis. Por isso, a presidência e os cargos da CCJR são os mais disputados.



Júlio afirmou que vai manter uma postura independente na CCJR, por meio de “autoridade e capacidade técnica”

REPASSES DO FETHAB

Nova lei do Fethab causa confusão durante julgamento, mas inconstitucionalidade de repasse a entidades do agronegócio já é ponto pacificado

TJ confirma inconstitucionalidade

Tony Ribeiro/Divulgação TJMT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

A edição da lei estadual nº 11.975/2022, que prorrogou a cobrança adicional do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), causou confusão no julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Tribunal de Justiça de Mato Grosso. O processo contestava o repasse de recursos arrecadados junto ao Fethab para instituições particulares do agronegócio, o que foi considerado inconstitucional, mas a nova lei alterou 'as regras do jogo'.

A mudança abrupta criou uma situação delicada no Tribunal de Justiça, já que o julgamento do processo ainda não havia sido concluído, embora já se tenha decidido que o repasse dos recursos às instituições é inconstitucional. Falta apenas modular os

efeitos da decisão, para definir quando ela passaria a ter validade.

O tema é sensível diante do elevado volume de recursos que foi repassado às instituições do agronegócio em anos anteriores. Entre dezembro de 2020 e junho de 2021, por exemplo, as entidades receberam R\$ 55,3 milhões.

A última sessão do Órgão Especial que debateu o assunto aconteceu em novembro de 2022. Porém, nos últimos dias de dezembro, a Assembleia aprovou a lei nº 11.975, pois o governo do Estado precisava renovar, com urgência, a cobrança adicional do Fethab. Em meio às discussões da nova lei, foi adicionado um dispositivo para regularizar as transferências às instituições do agronegócio (leia mais aqui). O texto foi aprovado pela Assembleia em 20 de dezembro e sancionado no dia 21.

Para o relator do processo, desembargador Marcos Machado, houve uma deslealdade da Assembleia e das associações do agronegócio quanto ao julgamento no Tribunal de Justiça, pois os envolvidos já sabiam do resultado do julgamento. Ele ressal-

tou ainda que não houve qualquer ação das partes antes do pronunciamento do tribunal, que chegou a aguardar a edição da lei para corrigir o problema.

"Eu entendo que é um ato atentatório por parte do Instituto Mato-grossense do Agronegócio e também da Assembleia Legislativa, uma deslealdade tremenda com o tribunal, porque, como a senhora bem disse, por 90 dias se aguardou a possível alteração da lei, inclusive retirando aspectos de inconstitucionalidade aparente", declarou o desembargador, nova tentativa de concluir o julgamento nesta quinta-feira, 9 de fevereiro.

Mais uma vez, o julgamento não pode ser concluído devido à ausência justificada do desembargador Juvenal Pereira acerca da modulação dos efeitos da decisão.

O Instituto Mato-grossense do Agronegócio (Iagro) chegou a pedir a reapreciação do marco temporal da modulação em petição juntada ao processo, mas o desembargador Marcos Machado indeferiu o pedido, sustentando que tal análise só deve



Relator do caso, Marcos Machado avalia que houve deslealdade da AL e de entidades com a edição da nova lei do Fethab

ser feita após a publicação do acórdão do julgamento. Em decisão do dia 8 de fevereiro, Machado sinaliza que a nova lei não teria resolvido os problemas de inconstitucionalidade do repasse.

"A análise dos efeitos da Lei Estadual nº 11.975/2022 [...] presuppõe a publicação do acórdão, após a proclamação do julgamento com os dois votos faltantes acerca da modulação

dos efeitos. Isso porque o vício de inconstitucionalidade dos atos normativos foi reconhecido por força de ofensa aos princípios da impessoalidade e publicidade, a qual não resultou elidida pela publicação da nova lei", diz a decisão.

Para os autores da ação, o problema central é que as entidades do agronegócio passaram a usar a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) como um escritório

particular de cobrança. A nova lei regulamentou esse serviço, estipulando também que a Sefaz poderá cobrar 'comissão' pela arrecadação desses recursos. Para dar transparência ao processo, ficou estipulado que os repasses devem ser publicados em jornais de grande circulação, além de delimitar a destinação dos recursos.

Ainda não há data para o caso voltar a ser julgado.

PARQUE DE CHAPADA

Estadualização desagrada Marina

Da redação

A proposta de estadualizar o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães não agradou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A informação é do deputado estadual Júlio Campos (União), ao ser questionado sobre o assunto durante conversa com jornalistas.

Favorável à ideia, Júlio espera que a bancada federal de Mato Grosso engrosse o manifesto e cobre do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a transferência de administração.

"Não está muito fácil. Vai depender também da boa vontade da ministra Marina Silva, que não recebeu com muito agrado essa possibilidade de o governo estadual assumir, mas o presidente Lula, que é um presidente muito mais afável politicamente, negociará com certeza. Com pressão da bancada federal e com o pedido do governo do Estado e o apoio da Assembleia, [Lula] po-

derá realmente entender que essa proposta que foi feita por aquela empresa privada, no governo passado, é indecente para os estados de Mato Grosso", afirmou.

O governador Mauro Mendes (União) está há mais de dois anos tentando trazer a administração do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães para o governo de Mato Grosso, mas não teve sucesso. Em dezembro de 2022, a concessão do parque foi a leilão e o governo chegou a disputar, mas foi desclassificado no processo.

A vencedora do leilão foi a empresa Parques Fundos de Investimentos de Participação, que ofereceu R\$ 1 milhão e se propôs a investir R\$ 18 milhões ao longo de 30 anos. O Estado recorreu à Justiça para tentar anular a concessão, que aconteceu durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), argumento que não há justificativa para a desclassificação da MT Par no processo.

O governador afirmou, por diversas vezes,

que chega os investimentos anunciados pela empresa são 'ridículos', especialmente em comparação com a proposta feita pelo Estado. O governo propôs investimento de R\$ 200 milhões em quatro anos, além de manter a gratuidade no acesso aos atrativos turísticos.

Mauro ainda ressaltou que caso se a concessão à iniciativa privada for concretizada, os mato-grossenses e os turistas terão que desembolsar até R\$ 70 para desfrutar das belezas e atrativos do Parque de Chapada.

Com a mudança de gestão federal, Mauro tem articulado intensamente junto ao presidente Lula e aos ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil), e Marina Silva (Meio Ambiente) para reverter o resultado do leilão. Ele ainda prometeu fazer um agradecimento público a Lula caso transfira a concessão ao governo estadual.

COMISSÕES PERMANENTES

Indefinição em indicações emperra trabalhos na AL

Da redação

A falta de definição dos membros do bloco do governo atrasou as indicações dos nomes para compor as comissões permanentes da Assembleia Legislativa. O presidente Eduardo Botelho (União) afirmou que o líder do Governo, deputado Dilmar Dal Bosco (União), pediu um prazo maior para apresentar os nomes a compor cada grupo.

Os parlamentares da base de Mauro Mendes (União) estão divididos em dois blocos: um composto pelos eleitos do União Brasil - Dilmar Dal Bosco, Júlio Campos e Sebastião Rezende - o vice-líder Beto Dois a Um (PSB), Carlos Avallone (PSDB) e Paulo Araújo (PP). O outro é composto pelos deputados do PSB - Dr Eugênio, Fabinho Tardin e Max Russi.

A intenção é que todos possam estar no "mesmo quadrado" para

discutir as indicações para cada comissão, mas o interesse pessoal de cada um estaria atrapalhando o andamento.

Com isso, a definição deve ficar apenas para esta semana. Se concretizada, os membros de cada comissão então precisarão se reunir e eleger o presidente do respectivo grupo.

"Estou quieto em relação a isso, apresentaram alguns, o deputado Dilmar não apresentou, pediu para esperar e hoje ele pediu mais prazo para até segunda-feira que ele não vai conseguir. Eu não sei, eu acho que ele está tentando fazer alguma alteração. Dilmar é o líder do governo, ele tem esse direito, é democrático isso, tentar trazer mais gente para o bloco dele, isso faz parte do jogo político, então não tem nada de anormal", disse em entrevista à imprensa.

No Legislativo há 15 comissões, sendo as principais a CCJR (Co-

missão de Constituição, Justiça e Redação) e a Fiscalização. Todos os projetos que tramitam no Legislativo passam pelo crivo da CCJ, que analisa os aspectos constitucionais, legais, jurídicos e regimentais sobre as propostas. A comissão de fiscalização examina as proposições que tratam sobre orçamento.

Na semana passada, o deputado Wilson Santos (PSD) anunciou a formação do bloco "Experiência e Trabalho", composta por ele, Diego Guimarães (Republicanos), Lúdio Cabral (PT), Nininho (PSD) e Valdir Barranco (PT).

Os parlamentares do MDB - Janaina Riva, Dr João, Thiago Silva e Juca do Guaraná Filho - fecharam um bloco partidário.

Também foi formado o Bloco Direita Democrática, com os integrantes Claudio Ferreira (PTB), Elizeu Nascimento (PL), Faissal Calil (Cidadania) e Gilberto Cattani (PL).

OPERAÇÃO HYPNOS

Mauro se revolta com CPI e sugere investigar Célio

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) sugeriu que os vereadores por Cuiabá instaurarem uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os fatos levantados na operação Hypnos, deflagrada pela Polícia Civil na última semana, que resultou na prisão do ex-secretário de Saúde, Célio Rodrigues.

A resposta foi dada ao ser questionado sobre a abertura da CPI para apurar possíveis excessos da equipe interventora do Estado na Secretaria Municipal de Saúde.

"Seria uma boa oportunidade para Câmara abrir uma CPI para investigar o que foi denunciado. Um ex-secretário preso que está levando nota fria para

a Secretaria e sacando dinheiro na boca do caixa, se os vereadores não investigar isso é a maior pouca vergonha da história da Câmara de Cuiabá. Porque o que foi denunciado é o cara entrega uma nota fria e saca dinheiro na boca do caixa, um caso foi denunciado, mas será que existe só um? Ou terão dezenas ou centenas?", questionou.

"A Câmara vai ficar quieta quando o cara estava roubando o dinheiro da Saúde e as pessoas morrendo por falta de remédio na pandemia e até hoje? O papel da Câmara é fiscalizar", enfatizou.

Na última semana, o vice-líder do prefeito, vereador Luis Cláudio (PP), conseguiu as assinaturas necessárias para

abertura de uma comissão para apurar possíveis excessos e irregularidades que teriam sido cometidos pela equipe do Estado.

Entre os fatos que serão investigados pela CPI são: possível desvio de finalidade dos atos praticados; suposto assédio moral, abuso de autoridade e atos administrativos irregulares;

aparente descontinuidade dos serviços de saúde prestados pela SMS e Empresa Cuiabana de Saúde e insuficiência de repasses do Estado ao Município, no que tange aos recursos da saúde, em contrapartida de pacientes do interior atendidos na capital, prejudicando a prestação dos serviços em razão da sobrecarga.

CORRIDA AO PAIAGUÁS

Prefeito tenta manter grupo de sete partidos unido para dar suporte à eleição do ministro em 2026, além de atrair novas siglas para o projeto

Emanuel defende Fávares ao governo

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), defendeu uma reedição da aliança feita pelo grupo político que apoiou a candidatura de sua esposa ao governo, a primeira-dama Márcia Pinheiro (PV), nas próximas eleições, já mirando a disputa pelo governo do Estado em 2026.

Emanuel comentou que tem defendido, em conversas com lideranças de outros partidos, a construção do nome do ministro de Agricultura

e Pecuária, Carlos Fávares, para disputar o comando do Palácio Paiaaguás. Ao todo, Emanuel almeja unir sete partidos em torno desse projeto ao governo.

O prefeito afirmou que não pretende disputar o governo e que seu foco, no momento, é concluir seu mandato na Prefeitura de Cuiabá e manter essa aliança entre MDB, PP, PSD, Solidariedade e a federação da esquerda – PT, PV e PCdoB.

“Hoje meu foco é a união do grupo que a candidatura da Márcia Pinheiro representou para o palanque para o presidente no ano passado e que está muito reconhecido em Brasília. Emanuelzinho [deputado federal e seu filho] é vice-líder do governo, hoje está muito forte com o governo federal. Isso vai ser muito bom para Cuiabá e para Mato

Grosso. A Márcia é muito reconhecida e o presidente Lula é muito grato ao palanque que ela defendeu dele aqui. Isso gerou o nascimento de um novo grupo”, disse Emanuel, em entrevista à rádio Jovem Pan Cuiabá nesta terça-feira, 14 de fevereiro.

Contrariando o posicionamento de parte do MDB do estado, que defende oposição ao governo do presidente Lula (PT), Emanuel entende que a sigla deve se manter na base do petista para fortalecer o grupo político, além de construir uma base sólida para o presidente em Mato Grosso.

“Eu defendo essa união MDB – organizado na estrutura Emanuelzinho e Juarez –, PSD do Fávares, que passa ser o grande nome ao governo, PP do Neri Geller, Solidariedade do meu amigo Marco Auré-



Emanuel defende que MDB permaneça na base de Lula e cita proximidade de seu filho, Emanuelzinho, com o presidente

lio e a federação PT, PV e PCdoB. E somar outros partidos, trazer outros partidos, para esse

grande arco de alianças que eu defendo, a construção do ministro, senador Carlos Fávares,

para o governo do Estado. Esse é o projeto hoje, agora o futuro a Deus pertence”, comentou.

QUEBRA DE DECORO

Edna Sampaio aciona Abílio por 'invadir' aniversário do PT

Da redação

A vereadora Edna Sampaio (PT) protocolou uma representação contra o deputado federal Abílio Brunini (PL) por ter “invadido” a celebração de aniversário do Partido dos Trabalhadores. A sessão solene estava sendo realizada na Câmara Municipal de Cuiabá na última sexta-feira, 10 de fevereiro, quando o parlamentar entrou no local e começou a fazer filmagens.

A representação é destinada ao presidente da Câmara Federal, deputado Arthur Lira (PP), e tem por objetivo a instalação de um processo de quebra de decoro. A protocolização foi realizada nesta terça-feira, 14.

“Deste modo, a falta do decoro parlamentar,

como se nota flagrantemente na presente representação, se substancia no ato desrespeitoso praticado pelo Representado, que adentrou em Sessão Solene em que se comemorava o aniversário de 43 anos do Partido dos Trabalhadores, profereindo gestos de desprezo e deboche, aviltando não só o Partido na data de seu aniversário, mas também esta Vereadora e demais membros da população que se encontravam presentes e a própria Câmara Municipal de Cuiabá”, menciona o texto.

Em suas redes sociais, a vereadora mencionou que o deputado não consegue conviver com o diferente e que constantemente ataca instituições.

O comportamento de Abílio já é familiar em Cuiabá. Enquanto vereador pela Capital, ele protagonizou diversos episódios, sempre com o celular à mão, promovendo lives e constrangendo seus adversários.

Já neste ano, antes de tomar posse como deputado federal, chegou a ser advertido pelo presidente da Câmara por ir fazer um vídeo na Casa, minimizando os atos de vandalismo de 8 de janeiro, quando bolsonaristas radicais depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Abílio acabou repercutindo nacionalmente por disseminar fake news e foi escrachado por uma mulher dentro ainda da Câmara Federal, que o expôs por disseminar mentiras.

ESTRATÉGIA

De olho em Cuiabá, Fávares faz novo convite a Botelho

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), confirmou que recebeu um novo convite para se filiar ao PSD, feito diretamente pelo presidente da sigla em Mato Grosso, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávares.

Botelho esteve em Brasília (DF) na terça-feira, 14 de fevereiro, acompanhado de um grupo de deputados, para apresentar ao ministro uma reivindicação do setor de frigoríficos. Durante a conversa, Fávares aproveitou para reforçar o apelo ao deputado.

“Houve convite dele, reforçou também que a porta do PSD estaria aberta. Eu agradeço, foi bem simples assim”, disse.

O PSD quer Botelho para reforçar o quadro do partido em Mato Grosso, principalmente para as eleições municipais de 2024.

O deputado tem buscado apoio para dar musculatura ao seu projeto de candidatura a prefeito de Cuiabá, articulando tanto dentro do seu atual partido, o União Brasil, quanto com lideranças políticas de outras siglas.

Botelho tenta convencer lideranças do União, como o governador Mauro Mendes, a apoiar sua proposta. Porém, há outros nomes dentro da sigla que também são cotados para 2024, como o deputado federal Fábio Garcia e o suplente de senador e secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho.

Em conversa com jornalistas, Botelho reforçou

que a principal pauta do encontro com Fávares não foi o convite para mudar de sigla, mas sim discutir sobre os frigoríficos. Ele explicou que a cadeia produtiva da carne está passando por um momento muito complicado no estado, principalmente os frigoríficos que vendem para o mercado interno.

“Aqueles frigoríficos que vendem para o mercado interno estão tendo prejuízo muito grande, porque as pessoas que vendem para fora recebem em torno de R\$ 30 a mais por arroba. E quando ele vai comprar a carne aqui, o preço é um só. Então, isso está favorecendo muito os frigoríficos [de fora]. E, aqueles que atendem o mercado interno estão forçando os pecuaristas para comprar por um preço menor”, comentou.

INTERVENÇÃO NA SAÚDE

Base de Emanuel ocupa todos os cargos da CPI

Assessoria/Câmara de Cuiabá

Da redação

O presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Chico 2000 (PL), publicou na Gazeta Municipal a resolução que cria e define os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que irá investigar possíveis excessos da equipe do Gabinete de Intervenção do Estado na Secretaria de Saúde da capital.

O autor do requerimento que pediu a investigação, o vice-líder do governo municipal, o vereador Luís Cláudio (PP), será o presidente. Os demais cargos serão ocupados por parlamentares da base do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania) ficou com a relatoria e Sargento Vidal (MDB) será membro. Na suplência ficou com os vereadores Paulo

Henrique (PV) – líder do prefeito –, Rogério Varranda (MDB) e Dídimo Vovô (PSB).

De acordo com a Resolução nº 02, publicada na edição da Gazeta que circulou nesta terça-feira, 14 de fevereiro, a CPI vai investigar:

I – Possível desvio de finalidade dos atos praticados durante a intervenção do Estado na saúde do Município de Cuiabá/MT;

II – Suposto assédio moral, abuso de autoridade e atos administrativos irregulares praticados pela equipe de intervenção;

III – Aparente descontinuidade do serviço de saúde (atividade – fim), prestados/geridos pela Secretaria Municipal de Saúde e Empresa Cuiabana de Saúde durante a intervenção do Estado na saúde do Município de Cuiabá/MT;

IV – Possível insuficiência de repasse do Estado de Mato Grosso ao Município de Cuiabá, no que tange aos recursos da saúde, em contrapartida de pacientes do interior atendidos na capital, prejudicando sobre maneira a prestação dos serviços em razão da sobrecarga.

Os membros da comissão terão o prazo de 120 dias para apresentar o relatório final, o período pode ser prorrogado pelo mesmo período.

Conforme a Resolução, as despesas ocasionadas para instalação e funcionamento da CPI, se necessárias, serão custeadas através de dotação orçamentária da Câmara de Cuiabá.

Os membros vão se reunir nesta semana para definir as ações, nomes que serão ouvidos e os primeiros pas-

sos que irão adotar nas investigações.

MORTES NA INTERVENÇÃO – Na última semana, o presidente da Comissão, Luís Cláudio disse que um dos pontos que serão investigados será o número de mortes que ocorram na capital durante o período interventivo. Segundo o parlamentar, durante os sete dias da gestão do grupo estadual o aumento de óbitos chegou a 26%.

“A comissão busca apurar os sete dias os excessos que foram cometidos pelo gabinete de intervenção, inclusive um dado estardalheco, os obituários aumentaram em 26% nos sete dias da intervenção, 26% a mais de morte durante os sete dias de intervenção, é isso que estou falando e é isso que nós vamos apurar”, disse durante a sessão ordinária da do último dia 9.



Vice-líder do prefeito, Luís Cláudio será o presidente da CPI da Intervenção na Saúde

TEMA CONTROVERSO

Projeto de lei quer obrigar aplicativos a fornecerem equipamentos, treinamento e estrutura para entregadores; Fecomércio é contra a proposta

PL regulamenta serviço de delivery

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

obrigatório fornecer estacionamento e local interno, com banheiro e água, para os entregadores ficarem enquanto esperam novas corridas, além de outras obrigatórias.

De acordo com o parlamentar, o objetivo é adotar medidas que reduzam os acidentes envolvendo os trabalhadores e aperfeiçoar a prestação de serviço por meio de aplicativo e outras plataformas virtuais.

“Insta destacar que os funcionários destas empresas, além de honrarem pelo serviço que prestam, tomando cuidado com a sociedade em geral, sempre em busca da prevenção de acidentes e ocorridos inoportunos, devem ter todos os seus direitos garantidos, bem como sua segurança tutelada, em observância a dispositivos legais consolidados tais como artigo 166 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhista)”, diz trecho do projeto.

REJEIÇÃO - A matéria não agradou a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio-MT), que se posicionou contra a ideia. Por meio de nota, a entidade afirmou que o projeto é inconstitucional, pois não compete

Atualmente, entregadores de delivery são considerados trabalhadores autônomos e usam veículo e equipamentos próprios

Da redação

Tramita na Assembleia Legislativa um projeto de lei que visa regulamentar os serviços de delivery por meio de aplicativo em Mato Grosso. A proposta foi apresentada pelo deputado estadual Paulo Araújo (PP) no ano passado e já foi aprovada em primeira votação. Agora, a matéria está sob análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), antes de retornar ao plenário para a segunda etapa de votação.

O projeto cria uma série de obrigações para as empresas de delivery por aplicativo. O texto determina que as empresas terão que fornecer aos motociclistas capacete e colete com identificação e faixas fluorescentes, além de promover cursos teóricos e práticos de pilotagem e de técnicas de segurança. Também será

ao Estado legislar sobre o direito do trabalho, o que é matéria privativa da União.

A Fecomércio afirma ainda que o assunto é controverso e tema de intensos debates na esfera federal, sem que haja um consenso quanto à situação trabalhista dos entregadores. A situação é a mesma enfrentada por motoristas de aplicativo, que já foram objeto de vários projetos de lei para regulamentação, sem que

nenhum deles tenha se concretizado.

“Este PL quer regulamentar um tema ainda muito questionado na sociedade e que cabe à União legislar, transformando a relação de prestador de serviço por profissional autônomo em contrato de trabalho propriamente dito, por meio de contrato intermitente, contido já na CLT”, explica trecho da nota, que foi assinada pelo superintendente da federação, Igor Cunha.

Além disso, a entidade destaca que o autor da matéria, ao citar acidentes com entregadores por aplicativos, não cita dados que comprovem a informação.

“O que demonstra que o PL pode ser prejudicial ao setor comercial, visto que traz em seu escopo obrigação para as empresas, como fiscalizar o uso de capacetes e coletes com faixas fluorescentes com identificação de autônomo e com numeração; e de se

responsabilizar pela integridade física e mental dos seus entregadores”, destaca.

SEGURO - Em janeiro de 2022, foi sancionada a lei nº 14.297, que concede algumas medidas de segurança para os entregadores de aplicativo. Uma das medidas previstas na lei é a determinação de que a empresa de aplicativo de entrega contrate seguro, sem franquia, em benefício do entregador, para cobrir acidentes ocorridos exclusivamente durante o período de retirada e entrega de produtos.

A empresa também deve pagar ao entregador afastado por covid-19 uma ajuda financeira, durante 15 dias, equivalente à média dos três últimos pagamentos mensais recebidos pelo entregador. Para comprovar a contaminação, o trabalhador tem que apresentar o resultado positivo no teste RT-PCR ou laudo médico atestando o afastamento. A ajuda pode ser prorrogada por mais dois períodos de 15 dias.

Outras obrigações, como o fornecimento de alimentação aos entregadores, foram vetadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sob orientação do Ministério da Economia.

ALERTA DA UNICEF

Em MT, quase 80% das crianças e adolescentes vivem na pobreza

Gilberto Leite

Da redação

De cada 100 crianças e adolescentes em Mato Grosso, 77 vivem na pobreza, em suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação. A informação foi divulgada por meio da pesquisa "As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil", realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Lançado na terça-feira, 14 de fevereiro, o estudo foi realizado pelo UNICEF, com apoio da Fundação Vale.

“A pobreza na infância e na adolescência vai além da renda. Estar fora da escola, viver em moradias precárias, não ter acesso a água e saneamento, não ter uma alimentação adequada, estar em trabalho infantil e não ter acesso à informação são privações que fazem com que crianças e adolescentes estejam na pobreza multidimensional”, explica Liliana Chopitea, chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil.

Para analisar a pobreza multidimensional, foram utilizados dados oficiais, da Pnad Contínua, relacionados a sete dimensões: Renda, Educação, Trabalho Infantil, Moradia, Água, Saneamento e Informação. Além disso, foi realizada uma análise específica sobre a renda para alimentação. Os

resultados revelam um cenário preocupante.

O último ano para o qual há informações disponíveis para todos os indicadores é 2019 - quando havia, no Brasil, 32 milhões de meninas e meninos de até 17 anos privados de um ou mais desses direitos. Para os anos seguintes, só há dados de educação e renda, incluindo renda para alimentação - e todos os indicadores pioraram.

Em 2021, o percentual de crianças e adolescentes que viviam em famílias com renda abaixo da linha de pobreza monetária extrema (menos de 1,9 dólar por dia) alcançou o maior nível dos últimos cinco anos: 16,1%, versus 13,8%, em 2017.

No caso da alimentação, o contingente de crianças e adolescentes privados da renda necessária para uma alimentação adequada passou de 9,8 milhões, em 2020, para 13,7 milhões, em 2021 - um salto de quase 40%. Já na educação, após anos em queda, a taxa de analfabetismo dobrou de 2020 para 2022, passando de 1,9% para 3,8%.

Em Mato Grosso, o estudo indica a falta de acesso a saneamento como a dimensão que mais afeta crianças e adolescentes, impactando 67,1% de meninas e meninos, seguida pela privação de renda (24,1%) e acesso à informação (11,1%).

Em seguida, aparece a falta de acesso à moradia (7,3%), privação de educação (5,3%), traba-

lho infantil (5%) e água (3,3%). No total, 77,3% das meninas e meninos do estado são afetados por uma ou mais de uma dimensão da pobreza multidimensional.

“Os desafios são imensos e inter-relacionados. Para reverter esse cenário, é preciso políticas públicas que beneficiem não só as crianças e os adolescentes diretamente, mas também mães, pais e responsáveis, especialmente os mais vulneráveis”, afirma Liliana Chopitea.



Principais privações que impactam a infância e a adolescência no Brasil são a falta de acesso a saneamento básico, de renda e à informação

LACBOM Cooperativa Agropecuária do Oeste de Mato Grosso Ltda.
CNPJ: 03.548.080/0001-79
Inscrição Estadual: 13.087.320-9
Jornal: 51.4000.00662
Av. Sebastião Francisco de Almeida, 45
Fone: (65) 3261-5300
Araputanga-MT - CEP: 78.268-000

JUNTA ELEITORAL
COMUNICADO

A Junta Eleitoral da COOPNOROESTE - Cooperativa Agropecuária do Oeste de Mato Grosso Ltda, mandato 2023/2024, no desempenho de sua finalidade COMUNICA aos associados interessados que se acha aberto, a partir de 17 de fevereiro de 2023, o prazo para registro de chapas que pleiteiem eleição para 02 (dois) Membros do Conselho de Administração mandato 2023/2026 e 06 (seis) Membros do Conselho Fiscal mandato 2023/2024, nas eleições convocadas para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 22 de Março de 2023, a partir das 10:00 (dez) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, às 11:00 (onze) horas, em segunda convocação com a presença da metade mais um dos associados, às 12:00 (doze) horas, em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, nas dependências do Centro de Eventos da Apae Ara, sito à Rua Marques de Pombal, Bairro São Luiz, s/nº, em Araputanga-MT, ficando todos cientes de que deverão estar em gozo dos direitos sociais, preencher os requisitos de elegibilidade e instruir seu requerimento com as Certidões e demais documentos exigidos pelo artigo 67, do Estatuto Social, sob pena de indeferimento, ressaltando ainda que o prazo para o pedido de registro encerrar-se-á às 17:00 (dezesete) horas do dia 08 de março de 2023. O pedido de registro poderá ser entregue, no prazo mencionado, junto a secretaria da sede social da Coopnoroeste sito à Av. Sebastião Francisco de Almeida, nº 45, em Araputanga-MT, ciente ainda de que as decisões da Junta Eleitoral e seus comunicados serão publicados e afixados no quadro de avisos da sociedade, existente na portaria de ingresso da sede social. E para que ninguém alegue ignorância ou desconhecimento, expediu-se o presente comunicado que será publicado e afixado no local próprio.

Araputanga-MT, 16 de fevereiro de 2023.

Aparecido Batista
Presidente
Aparecido Batista

Douglas Araujo Oliveira
Secretário
Douglas Araujo de Oliveira

Edinaldo da Fonseca
Membro
Edinaldo da Fonseca

Anibal José
Membro
Anibal José

Edson Ferreira de Jesus
Membro
Edson Ferreira de Jesus

www.lacbon.com

COOPNOROESTE

LACBOM Cooperativa Agropecuária do Oeste de Mato Grosso Ltda.
CNPJ: 03.548.080/0001-79
Inscrição Estadual: 13.087.320-9
Jornal: 51.4000.00662
Av. Sebastião Francisco de Almeida, 45
Fone: (65) 3261-5300
Araputanga-MT - CEP: 78.268-000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da COOPNOROESTE - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO OESTE DE MATO GROSSO LTDA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os seus cooperados, que nesta data, para efeito de quorum, totalizam 350 cooperados em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada nas dependências do Centro de Eventos da Apae Ara, sito à Rua Marques de Pombal, Bairro São Luiz, s/nº, em Araputanga-MT, no dia 22 de Março de 2023, às 10:00 (dez horas) em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados, às 11:00 (onze horas), em segunda convocação, com a presença da metade mais um dos cooperados, e às 12:00 (doze horas), em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados.

Ficam os cooperados, cientes de que para participar da Assembleia deverão estar portando documento de identificação com foto.

Os cooperados presentes irão deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1º - Prestação de Contas do Conselho de Administração referente ao exercício encerrado em 31-12-2022, Relatório da Gestão, Balanço Patrimonial;
- 2º - Parecer do Conselho Fiscal e Resumo das atividades desenvolvidas no exercício;
- 3º - Parecer da Consultoria Independente.
- 4º - Destinação das sobras ou perdas;
- 5º - Plano de Atividades para o exercício de 2023.
- 6º - Eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.
- 7º - Outros assuntos de interesse social pertinente.

Araputanga-MT, 13 de fevereiro de 2023.

Mizael Barreto
Diretor Presidente

www.lacbon.com

COOPNOROESTE

CRESCIMENTO TRAVADO

Mato Grosso vive atualmente uma situação considerada como 'pleno emprego', pois apenas 3,8% da população está desocupada, segundo o IBGE

MT precisa 'importar' trabalhadores

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Em meio a um 'apagão' mão de obra, as empresas de Mato Grosso tentam traçar estratégias para atrair trabalhadores de outros estados que consigam atender suas demandas. Na última quarta-feira (8), a Federação das Indústrias de MT (Fiemt) convocou todos os representantes de setores econômicos, prefeituras e governo do Estado para debater uma solução para essa crise.

Atualmente, Mato Grosso vive uma situação considerada como 'pleno emprego', pois apenas 3,8% da população está desocupada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do IBGE apontam que há 71 mil pessoas desempregadas ou procurando emprego em



Gilberto Leite

Construção é um dos setores que mais necessitam de mão de obra especializada, segundo estudo da Fiemt

Mato Grosso. Já os empregados somam 1,7 milhão de trabalhadores, sendo que 643 mil são informais.

De acordo com o gerente do Observatório da Indústria da Fiemt, Pedro Máximo, houve uma redução de 30% no número de desocupados no estado, pois no início de 2022 havia 104 mil pessoas nessa situação.

"Mato Grosso vive o que chamamos de pleno emprego. Hoje, 3,8% da população está procurando emprego, significa que quem está procurando emprego, não necessariamente está desocupado", afirma.

De acordo com o presidente da Fiemt, Silvio Rangel, a falta de profissionais está afetando praticamente todos os setores econômicos do

estado, desde a produção no campo, indústria, comércio e serviços. Ele avalia que é preciso estabelecer estratégias e 'subsidiar' a vinda de trabalhadores, além de qualificá-los.

Uma das possibilidades é ofertar cursos gratuitamente por meio das entidades do Sistema S (Senai, Senac, Senar, dentre outros), já que as empresas têm

pressão para realizar as contratações.

O próximo passo é fazer uma pesquisa sobre quais setores que mais demandam profissionais, assim como a garantia de moradia desses trabalhadores que vieram para Mato Grosso.

"É possível [garantir] moradia a esses trabalhadores, a questão também de educação, capacitação, de todos os

níveis de emprego, para que a gente possa realmente estar desenvolvendo nosso estado, seja a nível de indústria, comércio, agricultura. Temos um apagão de mão de obra com essa questão do pleno emprego que nós estamos", disse o presidente.

De acordo com informações divulgadas pela Fiemt em maio de 2022, Mato Grosso precisa qualificar mais de 178 mil profissionais para suprir a demanda industrial até o ano de 2025. A maioria das vagas deve exigir qualificação com carga horária inferior a 200 horas (119.198 vagas), seguido pela necessidade de qualificação acima de 200 horas (28.200), profissionais de nível técnico (22.101) e de nível superior (8.765).

As áreas com maior demanda por formação são: ocupações transversais, Metalmeccânica, Logística e Transporte, Alimentos e Bebidas, e Construção. As ocupações transversais são aquelas que permitem ao profissional atuar em diferentes áreas, como técnico em Segurança do Trabalho, técnico em Eletrotécnica e profissionais da Metrologia, por exemplo.

'PRESENTE' AO TRABALHADOR**Salário mínimo deve ter novo aumento em maio****Thays de Araújo/ABR**

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que o salário mínimo, atualmente no valor de R\$ 1.302, deve passar por aumento ainda este ano. O último reajuste do piso nacional passou a valer no dia 1º de janeiro.

"Nós estamos discutindo a busca de espaço fiscal para mudar o valor do salário mínimo ainda este ano. Se houver espaço fiscal, nós haveremos de anunciar uma mudança para 1º de maio", afirmou o ministro em entrevista ao programa Brasil em

Pauta, que foi ao ar neste domingo (12), na TV Brasil.

Além do novo reajuste, a retomada da Política de Valorização do Salário Mínimo também é uma das prioridades da pasta. De acordo com o ministro, a política mostrou bons resultados nos governos anteriores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando Marinho foi ministro do Trabalho, entre 2005 e 2007.

"Nós conseguimos mostrar que era possível controlar a inflação, gerar empregos e crescer a renda, crescer a massa salarial dos trabalhadores do Brasil inteiro, im-

pulsionado pela Política de Valorização do Salário Mínimo, que consistia em, além da inflação, garantir o crescimento real da economia para dar sustentabilidade, para dar previsibilidade, para dar credibilidade acima de tudo para todos os agentes. É importante que os agentes econômicos, o empresariado, os prefeitos, os governadores, saibam qual é a previsibilidade da base salarial do Brasil, e o salário mínimo é a grande base salarial do Brasil", explicou.

"Veja, se esta política não tivesse sido interrompida a partir do

golpe contra a presidenta Dilma e o governo tenebroso do Temer e do Bolsonaro, o salário mínimo hoje estaria valendo R\$1.396. Veja só: de R\$1.302 para R\$1.396 é o que estaria valendo o salário mínimo hoje. Portanto, foi uma política que deu muito certo", destacou Marinho.

EMPREGO NA VEIA - Durante a entrevista, o ministro do Trabalho falou das expectativas da pasta para esta nova gestão e destacou a reparação das relações trabalhistas como uma das prioridades.

"Passamos por um governo que trabalhou

um processo de desmonte das relações de trabalho. Então o contrato coletivo, negociações trabalhistas, tudo isso foi atacado de forma feroz, a legislação trabalhista, a proteção ao trabalho, tudo isso foi atacado. Nós precisamos enfrentar esse dilema, rever o que foi prejudicado nesse processo de relações de trabalho, para que nós possamos de novo retomar o processo de negociação, de valorizar o valor do trabalho em si, a massa salarial, geração de emprego e renda. Nossa expectativa é de trabalhar esse processo", afirmou.

Ainda sobre as expectativas da nova gestão, Marinho destacou a retomada das obras públicas como um impulso para o crescimento da economia e das oportunidades de emprego.

"Nós temos a ordem de 14 mil obras paradas no Brasil, isso cria uma nova expectativa, expectativa de gerar emprego. Obra é emprego na veia", destacou. "Essas obras são retomadas praticamente de forma simultânea no Brasil, eu tenho certeza que isso vai dar um grande impacto na retomada do crescimento da economia", completou.

RECUPERAÇÃO**Atividade econômica tem alta de 2,9% em 2022****Andreia Verdélio/ABR**

A atividade econômica brasileira registrou alta de 2,9% em 2022, de acordo com dados divulgados na quinta-feira (16) pelo Banco Central (BC). O resultado aponta desaceleração da economia em relação à expansão de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) em 2021.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o órgão a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia - a indústria, o comércio e os serviços e agropecuária -, além do volume de impostos.

Entretanto, o indicador oficial da economia brasileira é o Produto Interno Bruto, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB de 2022 será divulgado em 2 de março.

Em 2021, o PIB do Brasil cresceu 4,6%, totalizando R\$ 8,7 trilhões. Até o terceiro trimestre de 2022, o indicador avançou 3,2%.

DADOS DE DEZEMBRO - O IBC-Br de dezembro teve aumento de 0,29% em relação ao mês anterior, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Na comparação com dezembro de 2021, houve crescimento de 1,42% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais).

Em 2022, os resultados do IBC-Br mantiveram trajetória de alta, com pequenas oscilações até o mês de julho, quando passou a cair. Em dezembro, o índice fechou em 143,62 pontos.

BLINDEX

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

JUROS ELEVADOS

Economista aponta que responsabilidade pela redução da taxa básica de juros é do governo federal, com medidas de controle fiscal e reformas

“Bastão está nas mãos do governo”

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá**Da redação**

Após o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, levantar a ‘bandeira branca’ depois pelo menos duas semanas de ataques do presidente da República, Lula da Silva (PT), e de seus aliados, a responsabilidade pelas medidas para possibilitar a redução da Selic passa para o governo federal. A avaliação é do economista Vivaldo Lopes.

Durante entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, na última segunda-feira (13), Campos Neto sinalizou que pode reduzir a taxa básica de juros, que atualmente está em 13,75% e tem causado descontentamento no governo federal, que afirma que a taxa é muito alta e trava o desenvolvimento econômico.

Ao Estádio Mato Grosso, Vivaldo Lopes avalia que Campos Neto fez uma defesa “civilizada” da autonomia do Banco Central e que foi bem, tanto no aspecto

político, como no técnico. “Foi uma entrevista boa, bem institucional, profissional e dando mensagem de pacificação”, afirma o economista da V Lopes Econômica.

A reclamação de integrantes do governo é que a inflação estaria ‘relativamente’ controlada, o que não exige uma inflação tão elevada, sendo considera a maior taxa de juro real do mundo, quando se desconta a taxa de juros menos a inflação. Considerando a inflação nos últimos 12 meses, a taxa de juros real é de 7,98%.

“Pior do que taxa de juro alta, é inflação alta. A taxa de juro não está alta porque o Banco Central gosta, está alta porque a inflação [ainda] está alta”, afirma o economista, ao se referir às comparações de taxa de juros do Brasil com outros países, como a Turquia, que possui inflação de 64%, enquanto sua taxa de juro é de 9%.

A grande questão é que a inflação, que está em 5,77% nos últimos 12 meses, continua acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Hoje, a meta é de 3,25%, com margem de 1,5% para mais ou para menos. Ou seja, a meta pode ser considerada cumprida se fechar

2023 em 4,75%. Porém, todas as projeções indicam que a inflação deve estourar o teto mais uma vez.

Entretanto, essa meta pode ser alterada em reunião do CMN nesta quinta (16), onde o governo tem direito a dois votos, enquanto o BC tem apenas um voto.

“Mexer na meta de inflação não vai ser uma iniciativa do Banco Central. O Conselho Monetário é composto por três [pessoas], dois ministros, da Fazenda e do Planejamento, e o Banco Central. Ele disse que não vai ser iniciativa do Banco Central propor a redução. Portanto, se o governo quiser, ele pode alterar, pois ele tem 2 votos de 3”, afirma Vivaldo.

Portanto, se o governo quiser mudar a meta da inflação, ele conseguiria facilmente, mas sem o voto favorável do BC. No entanto, Campos Neto avalia que uma mudança na meta da inflação ou na taxa básica de juros pode provocar efeito contrário do esperado, levando a um aumento dos juros futuros.

Por outro lado, há outro caminho para que o Banco Central fique mais confortável em cortar a taxa de juros, que são as medidas que o governo pode tomar para equilibrar a política fiscal.



Vivaldo avalia que Campos Neto sinalizou trégua e agora cabe ao governo adotar as medidas necessárias para reduzir os juros

“A mensagem que ele transfere é de que a redução do juro e, portanto, da inflação, depende das medidas

do governo que serão apresentadas, especialmente a reforma tributária e a nova legislação fiscal do país. Então,

depende da movimentação e da aprovação dessas medidas para ter alteração no cenário”, afirma Vivaldo.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS,
EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

• ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
• ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

Baterias RENOVADAS



CÓD. 7898132544720

**COLLAGEN
MELATONIN MARACUJÁ
E CAPIM-LIMÃO 240G**

DE R\$139,90 POR
R\$99,90



CÓD. 4015630064250

ACCU-CHEK ACTIVE KIT

DE R\$99,99 POR
R\$59,90



CÓD. 7899828200074

**BALANÇA DIGITAL CORPO
BIOIMPEDÂNCIA INCOTERM**

DE R\$318,88 POR
R\$179,90

Unimed
Cuiabá

Ofertas válidas de 01/02/2023 a 28/02/2023 ou enquanto durar o estoque. Pagamento em até 6 vezes nos cartões de crédito Visa, MasterCard e Elo com parcela mínima de R\$ 10,00. Atendimento exclusivo para clientes Unimed Cuiabá. Confira mais opções de pagamento nas lojas. Fotos meramente ilustrativas.